

Museus e suas Perspectivas Desenvolvimentistas: Uma Análise da Criação do Museu de Arte de Belém

Andrey Manoel Leão de Leão – Bacharel em Museologia e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido - NAEA/UFPA.

Erika Mourão Ferreira – Graduanda em Museologia na Universidade Federal do Pará.

Rayana Alexandra Sousa da Silva – Bacharela em Museologia e Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural - ITEC/UFPA.

Palavras-chave: Museu. Desenvolvimento. Amazônia. MABE.

RESUMO

Com a atribuição do museu à um papel importante para o desenvolvimento de uma região, principalmente depois do movimento da Nova Museologia, o estudo da criação dessas instituições passa a ser essencial para uma crítica sobre a função destas instituições no desenvolvimento regional atualmente. O artigo buscou-se então compreender a visão institucional da criação do Museu de Arte de Belém analisando jornais sobre a criação do mesmo, instituído em 1986 junto com o Departamento da Fundação Cultural do Município de Belém, que por sua vez pertence à Prefeitura Municipal de Belém. Sendo a Amazônia uma região de intensos conflitos, principalmente devido a mentalidade desenvolvimentista de épocas anteriores que propagava uma política de ocupação que só agravou questões sociais, este trabalho torna-se um primeiro passo para refletir sobre as narrativas impostas nas instituições da região e como as representações nestas contribuíram ou podem contribuir para exclusões e problemas atuais.

Keywords: Museum. Development. Amazon. MABE.



ABSTRACT

With the museum's attribution to an important role for the development of a region, especially after the New Museology movement, the study of the nature of institutions is one of the fundamental principles for a critique of non-regionally developing educational organizations today. The article then sought to comprehend an institutional view of the creation of the Belem Art Museum analyzing the right to create a creation of it, established in 1986 together with the Department of the Belém Municipality Cultural Foundation, in turn subject to the City Hall Belém Being an Amazon an intensifying region, mainly due to a developmental mentality of previous times that propagated an occupation policy that only aggravated social issues, this work becomes a first step to reflect on how narratives imposed on the institutions of the region. and how representations contributed or may contribute to current exclusions and issues.

INTRODUÇÃO

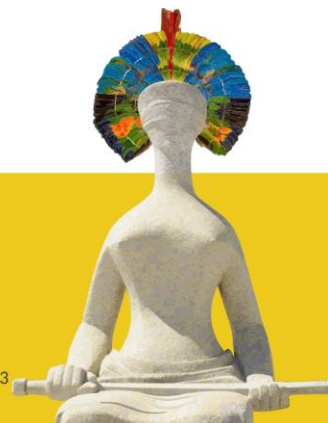
A formação do mundo contemporâneo se deu com estabilização e manutenção das sociedades, principalmente com a formação das cidades. Para isso, diversos instrumentos estratégicos foram usados para que os problemas urbanos, resultados da conglomeração de grupos sociais, sejam solucionados. Um destes instrumentos é o Planejamento. O Planejamento é uma tecnologia do governo que permite, democraticamente, ser mais eficiente na resolução de problemas e no controle dos indivíduos. Ele precede o ato, ou seja, seria a mediação entre o pensamento e a ação (MATUS, 1989). Visando não só a manutenção das cidades, o Planejamento busca também o desenvolvimento social da população, e já que ele é essa mediação entre o pensar e o agir, as ações governamentais desenvolvem teorias que visam o melhor caminho para alcançar esse objetivo.

4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



As Teorias Desenvolvimentistas mudam ao longo do tempo quando se tornam obsoletas frente à realidade local. Por isso, a criação de instituições durante um determinado período faz parte de um plano político do governo vigente e tem por trás uma mentalidade desenvolvimentista daquele momento e que visava solucionar um problema que resultaria no desenvolvimento social.

Logo, sabendo que os museus enquanto espaços governamentais e com papel social de serem espaços de discussão e de desenvolvimento (ICOM, 1992), torna-se importante o estudo da criação dessas instituições para a compreensão das perspectivas desenvolvimentistas da época, e sua análise frente às perspectivas contemporânea são fundamentais para uma compreensão sobre qual é o papel dessas instituições atualmente no desenvolvimento local.

Nesse sentido, este artigo é um primeiro passo para compreender a visão da criação do Museu de Arte de Belém - Pará a partir da compreensão do papel que a instituição assumiu inserida nos diferentes planos políticos governamentais desde sua criação até a atualidade. Para isso, usamos como metodologia o levantamento de jornais da época sobre a criação do mesmo analisando a luz das principais teorias desenvolvimentistas tecidas ao longo do tempo, até as perspectiva mais atuais sobre o assunto. Analisamos a criação deste através de recortes de jornais das notícias sobre o período com caráter político, e de representação das tendências desenvolvimentistas da época em que se situavam. Estas foram obtidos em visitas na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém e no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

As Teorias Desenvolvimentistas ganharam grande importância política e social após a 2ª Guerra Mundial e visavam uma governança global para o novo contexto geopolítico, no qual a



formulação de acordos internacionais buscava o crescimento do comércio internacional e de uma estabilidade econômica pró-crescimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Uma das primeiras teorias existentes mais conhecidas foi a de W.W. Rostow, que tinha por conceito se espelhar em modelos de desenvolvimento já feito por outros países, principalmente europeus, que obtiveram êxito econômico. Portanto, baseado em um ideal de modernização capitalista, Rostow discorre que o desenvolvimento só vem a partir de um crescimento econômico obtido pela industrialização. Com isso, ele se concentra em elaborar etapas (5 mais precisamente) que, a partir de alterações nos padrões de produção, levariam um país subdesenvolvido a se tornar desenvolvido com alterações nos padrões de produção (ROSTOW, 1961).

As críticas a essa teoria se focaram na sugestão do autor que os países subdesenvolvidos chegassem ao desenvolvimento seguindo a trajetória de modernização idêntica a dos países já desenvolvidos. Uma vez que o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa atrasada do mesmo processo histórico de crescimento econômico e progresso industrial. Devido a isso, um grupo de intelectuais vinculado a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) buscavam explicar o atraso da América Latina frente aos países do centro, e, querendo romper com essa visão universalista que estava homogeneizando uma diversidade de situações, viram que esses processos de desenvolvimento não se davam fora da história. Era importante ver como os países estavam inseridos no sistema capitalista global (MANTEGA, 1984). Ou seja, pensar na formação dos países torna-se essencial para pensar ações desenvolvimentistas.

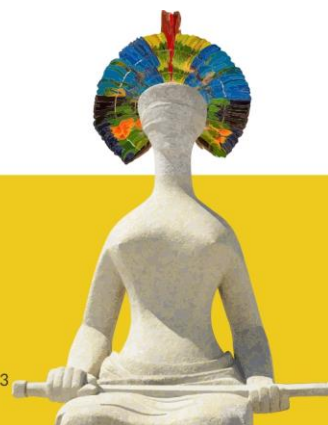
Nota-se, a partir da ideia anterior, que grande parte do subdesenvolvimento se deu pelo alto grau de dependência que os países periféricos tinham pelos países centrais, sendo historicamente produtores, enquanto os desenvolvidos eram consumidores. Portanto, os primeiros tinham vantagens ao terem suas condições históricas de desenvolvimento feitas enquanto ainda estava sendo criado o

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



mercado mundial. Já os segundos tentam o desenvolvimento quando há uma soberania no mercado capitalista (CARDOSO; FALLETO, 1979).

Outra coisa que a CEPAL combatia das teorias anteriores era a lei das vantagens comparativas. Essa teoria sustentava que se os países atrasados se especializassem nos produtos primários e os países desenvolvidos em industrializados, os países atrasados levariam vantagens já que se focariam na sua produtividade ao invés de tentarem competir com os mais desenvolvidos. Contrariando isso, a Comissão elaborou a Tese da deteriorização do termo de intercâmbio, que dizia que nessa troca de mercadoria quem levaria vantagens eram os países desenvolvidos porque os produtos industrializados costumam ter preços mais altos do que produtos primários. Ou seja, os países atrasados sofriam desvantagens aos serem meros fornecedores de produtos primários, já que o centro impunha preço e comprava barato, e isso geraria o atraso dos outros países, já que eles disponibilizariam a mão de obra barata e ficavam com uma estrutura atrasada, predominantemente agrária (MANTEGA, 1984). Desta forma, a industrialização recriava uma estrutura produtiva pouco diversificada e pouco heterogênea que só acentuava o subdesenvolvimento e a dependência. O subdesenvolvimento, então, seria resultado do desenvolvimento feito pela industrialização, e isso se daria devido a trajetória desiguais dos países, contrariando a teoria de Rostow que, a partir de uma ajuda mútua, os países poderiam crescer juntos. Com a CEPAL o desenvolvimento e o subdesenvolvimento passam a serem indissociáveis um do outro. Para um estar no alto grau de desenvolvimento, outros teriam que sofrer as conseqüências (FURTADO, 1992).

Como visto, é notável que as idéias de desenvolvimento ligadas à industrialização passam a ser não mais bem vistas. Principalmente para os países periféricos. O modo industrial de produção (fordismo) tende a ultrapassar as limitações da natureza, e a modernização nesse caso estaria ligada com um ganho de ordem que resultaria em um ganho de desordem em outras regiões (ALTVATER, 1997). Ou seja, cada processo de criação de valor está ligado com um processo de



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

destruição de valor. Logo, é imprescindível ver os processos de desenvolvimento como transformações materiais e energéticas.

Com a perspectiva que o desenvolvimento produziria entropia, na década de 60 começa uma discussão sobre a degradação do meio ambiente, e por isso, voltasse para pensar um desenvolvimento que englobe o natural e o humano em busca de um bem estar social, surge então a ideia de Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável seria essa resposta à crise ecológica e tenta por conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, buscando satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras (LENZI, 2006). Ele difere das outras ao pensar futuramente, já que possibilitaria as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas, de uma forma que isso aconteça permitindo essas mesmas condições às gerações futuras (VEIGA, 2017). Esse pensamento vai mais além das outras ideias ao apontar que o social está estritamente ligado ao seu meio, logo, pensar o aspecto ambiental é de suma importância para políticas que buscam levar ao bem estar social.

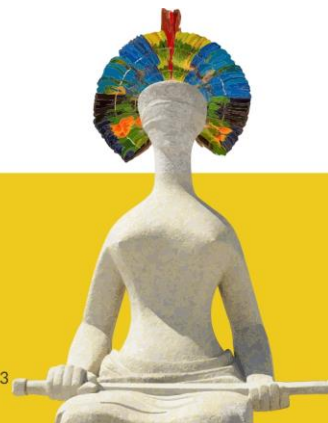
Contudo, pensar um desenvolvimento que possibilitaria que as pessoas escolhessem o tipo de vida que querem é ir contra um modelo universal homogeneizante. Baseando-se nisso, novas concepções desenvolvimentistas são criadas, uma delas é o Desenvolvimento Endógeno, que se baseia na ideia que o crescimento depende do controle da comunidade local a fim de atender suas necessidades, buscando um bem estar econômico, social e cultural. Para isso, torna-se necessário aproveitar vantagens existentes no território, já que eles dispõem de recursos humanos, institucionais e culturais para a formação de um potencial econômico. Ou seja, o Desenvolvimento Endógeno volta-se para ação, buscando evitar que políticas externas limitem a atuação local, o desenvolvimento nesse caso seria pensado de baixo pra cima (BARQUERO, 2002).

4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



Atualmente, o que mais se destaca sobre questões de Desenvolvimento Sustentável surge a partir da ONU, que, determinada a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente, criou a Agenda 2030, guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Agenda tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que buscam:

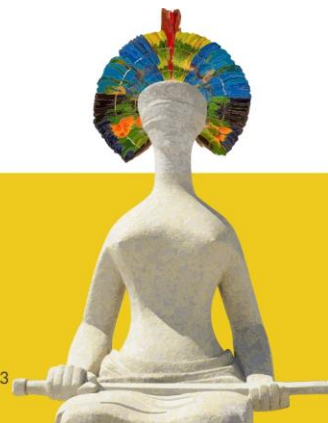
- “1-Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- 2-Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- 3-Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- 4-Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 5-Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- 6-Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- 7-Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- 8-Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- 9-Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10-Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- 11-Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12-Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- 13-Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- 14-Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15-Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- 16-Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



17-Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (UN, 2012)

Com tudo isso, vemos como as Teorias Desenvolvimentistas são importantes para pensar como o Planejamento Regional vem sendo moldado e como isso afetou a políticas voltadas para a Amazônia, região onde está localizado o Museu de Arte de Belém(MABE). As políticas governamentais seguem a percepção de qual a melhor estratégia para o desenvolver local. Por isso, doravante buscaremos alocar a criação do MABE nessas perspectivas.

MUSEU DE ARTE DE BELÉM (MABE)

O processo de transformação pelo qual o Museu de Arte de Belém passou antes de ser reconhecido como tal, está intimamente relacionado às transformações político-administrativas e desenvolvimentistas pelas quais a cidade de Belém vem passando ao longo do tempo.

Na década de 1870 a Amazônia passa a viver uma realidade histórica e social muito particular devido o desenvolvimento ligado à exploração da Borracha. A localização estratégica de Belém como maior porto distribuidor, a época, da produção para os mercados internacionais, beneficia ao poder municipal que se firme e delimite uma atuação própria no organismo urbano. Dentro deste quadro a nova cena social e econômica reflete os anseios de dar a cidade um prédio adequado às atividade políticas e administrativas do município. Assim, na metade do século XIX, nasce o projeto para se construir o palácio no qual se pretendia reunir o poder da Província, Município e a Câmara e após vários períodos intercalados entre obras e paralisações, este foi concluído em 1885 recebendo o nome de Palácio Municipal (DERENJI, 1994).

No século XX, no bojo da administração do Intendente Antônio Lemos que se estendeu de 1897 a 1911, Belém passa por um longo processo de reformas ecletizantes à moda europeia. Estas



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

procuravam modernizar a cidade implementando planos de urbanização e atualizando a arquitetura pública e privada. Uma das primeiras metas deste governo foi à melhoria dos prédios públicos, com destaque especial a própria sede do governo. O Palacete Municipal se encontrava em estado de abandono, segundo relatórios do próprio Lemos de 1902, mas em 1911, após crise política reflexo da decadência da Borracha, Antônio Lemos deixa o Governo.

A crise na região provocada pela Borracha se deu devido ser um produto essencial para a região e, com isso, os planejadores, com a ideia das vantagens comparativas vista no capítulo anterior, que pregava que as regiões menos desenvolvidas tinham que se voltar para a produção de produtos primários, perpetuaram a mentalidade extrativista e vincularam o futuro desenvolvimentista da Amazônia a um só produto que era vendido num mercado sobre o qual o Brasil tinha pouco ou nenhum controle, praticamente estagnando economicamente a região por um longo prazo (MAHAR, 1978). Nesse período o Palácio Municipal volta à decadência.

A Amazônia com seus produtos, no caso anterior a Borracha, demonstra ter um potencial econômico e desenvolvimentista para o país, contudo, a região sempre foi um grande desafio para as autoridades brasileiras, principalmente por ser a parte do país mais escassamente povoada, inexplorada, inacessível e menos desenvolvida (MAHAR, 1978). Por isso, governos posteriores criaram programas específicos para desenvolver a região.

A Ditadura Militar (1964-1985) voltou-se a Amazônia e elaborou um plano conhecido como Operação Amazônia, que buscava integralizar a região fisicamente, economicamente e culturalmente ao resto do país, tendo como marco os incentivos fiscais conduzidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM. Contudo, como demonstra o texto de Costa (2005), tais estratégias, ao invés de desenvolver a região com sua política de integração da região ao país, só produziram “práticas ambientalmente deletérias, ao lado de aprofundarem mazelas sociais, excluindo os mais necessitados e confirmando o poder econômico e político dos mais fortes” (COSTA, 2005, p.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



132). Isso se deu principalmente porque os planejamentos feitos para a Amazônia sempre tiveram visões e interesses externos à região, sendo ela um exemplo do insucesso da implementação de estratégias desenvolvimentistas que visavam o melhoramento e acabaram a produzir mais desigualdades (LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

O Museu de Arte de Belém (MABE) é criado após esse período, em 1986 é criado o MABE conforme o art. 3 da Lei municipal 7348 de 20 de Outubro de 1986.

“É dada autorização ao Chefe do Poder Executivo Municipal para instalar o Museu da Cidade de Belém, instituição que deverá abranger, além da Pinacoteca Municipal, toda a memória histórico-cultural da cidade e que será dirigido por um Superintendente, livremente nomeado pelo Prefeito, com vencimentos correspondentes ao cargo da DAS - 202.8.”. (BELÉM, 1986)

E em 1989 o MABE passa a ser um departamento da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), inserido em um contexto de criação de políticas públicas que visavam a fomentação histórico-cultural da cidade.

A FUMBEL é criada pela Lei municipal nº 7455 de 17 de julho de 1989.

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) vinculada ao Gabinete do Prefeito, com personalidade jurídica própria nos termos do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal e com objetivos específicos de planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades de cultura no Município, abrangendo as atribuições do Museu da Cidade de Belém.” (BELÉM, 1989)



Imagem 1 - Fachada atual do Museu de Arte de Belém

Nota-se, portanto, que o palácio onde se localiza o museu tem como concepção um período em que se buscava bastante desenvolvimento para a região, mas que durou brevemente e atingiu uma pequena parte da população. A criação do Museu de Arte de Belém vem depois de um grande período em que a região foi alvo de projetos desenvolvimentistas, e, como demonstrado, com políticas voltadas de cima pra baixo, que não visavam a realidade da cidade. Volta-se então para problematizar se esse pensamento também correspondeu a criação do MABE.



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

A CRIAÇÃO DO MUSEU NOS JORNAIS LOCAIS

Tivemos como ideia inicial procurar documentos oficiais e jornais para contar a história de criação do Museu de Arte de Belém, contudo, devido a dificuldade de acesso a determinados locais e do pouco material oficial do governo encontrado, decidimos nos focar apenas no material jornalístico.

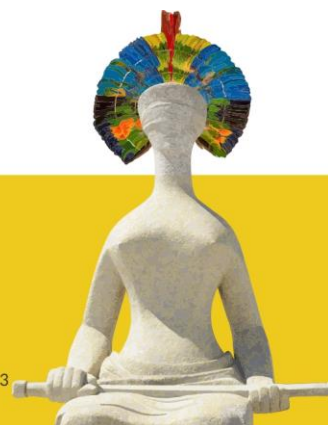
Realizamos visitas sistemáticas na hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna em Belém e no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Utilizando como recorte temporal os anos de em que foram criados o Museu de Belém (Mubel), a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e o Museu de Arte de Belém (MABE). Nota-se com a análise do material encontrado que o palácio passou por décadas de desleixo e de destruição (fig. 2). E, com a necessidade de ter um local para o Museu da Cidade (em alguns jornais se aponta uma ala do mercado de São Braz para abrigar o Museu) e com o descaso com o palácio, o edifício passa por uma restauração com recursos municipais e da Fundação Banco do Brasil, retomando ao prédio algumas de suas funções originais (DERENJI, 1994).

4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



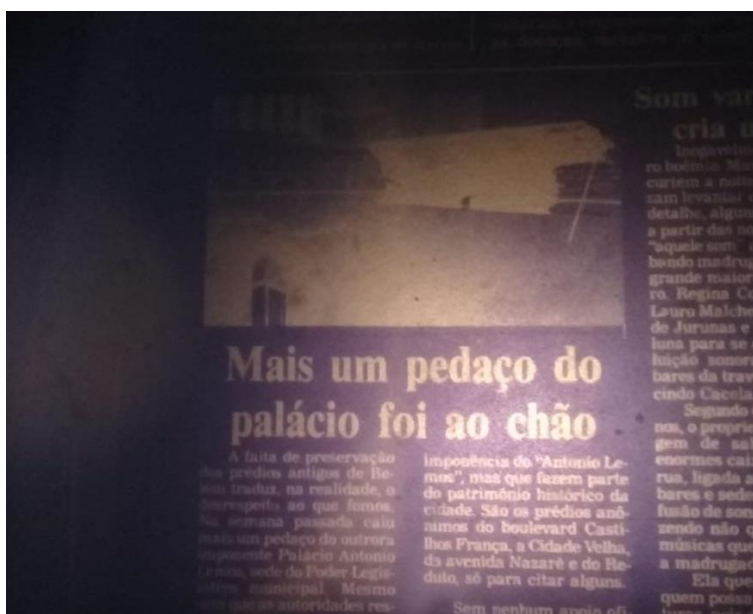


Imagem 2 –Jornal “O Liberal” de 17 de Outubro de 1986 onde se fala que o abandono do Palácio preocupa vereadores.

Como visto anteriormente, o MABE é primeiramente criado por legislação municipal e posteriormente passa a integrar a Fundação Cultural do Município de Belém, e, como demonstra os jornais, tem na sua concepção a mesma que a da fundação de promover a proteção do Patrimônio histórico-cultural e artístico da cidade (fig. 3). No entanto, é somente em 12 de Janeiro de 1994 que é inaugurado, junto a restauração do Palácio, como Museu de Arte de Belém durante as comemorações do 378º aniversário da fundação de Belém. Reunindo um acervo eclético formado ao longo de todo esse processo de móveis, adornos, além da coleção pictórica de arte da antiga pinacoteca da Prefeitura de Belém (fig. 4).





Imagem 3 – jornal “O Liberal” de 26 de Abril de 1989 sobre o objetivo da criação da FUMBEL.



Imagem 4 – jornal “A Província do Pará” de 07 de Janeiro de 1994 sobre os acervos do MABE.

4º SEBRA MUSEUS

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

Nota-se com esses jornais que o Museu foi implementado para resguardar as memórias da cidade a partir da preservação do seu patrimônio histórico. Isso é demonstrado com sua vinculação à FUMBEL e suas atribuições. Nesse caso, o patrimônio resguardado seria o Palácio onde se localiza a instituição (fig. 5 e fig. 6).



Imagem 5 – Jornal “Província do Pará” de 9 e 10 de Janeiro de 1994. Contando sobre o regaste do patrimônio histórico.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



Imagem 6 – Jornal “Província do Pará” de 9 de Janeiro de 1994 elogiando a imponência artística do Palácio.

Mas como visto, o edifício traz consigo a história de toda uma época de mentalidade desenvolvimentista externa a região que ajudou economicamente uma determinada elite e só agravou desigualdades sociais (SOARES, 2008). Com isso, ao tentar resguardar as memórias do espaço através da preservação do próprio Palácio (patrimônio histórico), do seu estilo de arquitetura (patrimônio artístico) e acervo, o Museu preserva todo esse planejamento de que o desenvolvimento viria através do “resgate” de memórias de uma cultura de políticas baseadas em realidades e ideias externas à região, que, com o objetivo de resolver, só trouxeram problemas à região, produzindo desigualdades sociais.



4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

CONCLUSÃO

Como os horizontes abertos pela Nova Museologia marcam a evolução dos museus ao longo das últimas décadas, a instituição museal se distancia de ser um espaço fechado, deixando de ser um “mausoléu de relíquias” para se transformar em um espaço dinâmico e atrativo ao público. A partir disso, o museu ganha também o papel de ser um lugar de conscientização, visando um desenvolvimento cultural, económico e social de uma região e, neste sentido, a melhoria das condições de bem-estar da população. E, quando integrado ao planejamento urbano e a par das principais teorias desenvolvimentista, estas instituições podem ser um polo de inserção de Desenvolvimento Sustentável nas estratégias governamentais.

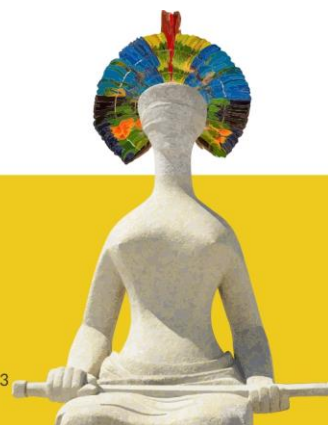
O Museu de Arte de Belém para cumprir sua função social de ser um espaço de conscientização urbana atualmente deve se distanciar do objetivo de sua criação em ser somente um lugar de preservação da memória da cidade e ser um lugar de Desenvolvimento Sustentável seguindo os tópicos da agenda 2030, tendo uma visão institucional baseada no Desenvolvimento Endógeno, feito de baixo pra cima, pensando nas questões imediatas da região, como, por exemplo, a violência que é sempre tão presente, tendo em vista que Belém é conhecida como uma das capitais mais violentas do país. Assim, o MABE, estaria de acordo com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 1986, ao promover e proteger uma ordem política, social e econômica apropriada para o desenvolvimento em que todos desfrutem e se sintam realizados com o bem estar que ele trará.

4^o SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3



REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. Realidades possíveis na sociedade global. Lua Nova [online]. 1997, n.40-41, pp.5-30. ISSN 0102-6445.
- BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. 2002.
- BELÉM. Lei de Criação: N° 7455 de Julho de 1989. Estrutura Organizacional Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, 1989. Disponível em: <http://www.cinbesa.com.br/folhaportal/secretarias/fumbel/lei-fumbel.pdf>.
- BRITTO, Rosangela Marques de. Museu de Arte de Belém. Belém: FUMBEL, 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- COSTA, F. A. Questão agrária e macropolíticas na Amazônia. IN: Estudos Avançados, São Paulo, v. 53, n.19, p. 1-26, 2005.
- DERENJI, J.S. Palácio Antônio Lemos: Memória e Restauro. IN: Fundação Cultural do Município de Belém. Palácio Antônio Lemos: Memória e Restauro. Belém, p. 10-15, 1994.
- DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, UNICAMP, v. 1, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.
- GUIMARÃES, Emanuel. 2013. O Museu como Fator de Desenvolvimento Regional: O Impacto Económico do Museu. Ensaios e Práticas em Museologia. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 3, p. 40-53, 2013.
- ICOM. DECLARAÇÃO DE CARACAS - ICOM, 1992. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 15, n. 15, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>. Acesso em: 27 de julho 2019.
- LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.
- LIRA, S. R. B.; SILVA, Márcio Luiz Monteiro da; PINTO, Rosenira Siqueira. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. Nova Economia (UFMG. Impresso), v. 19, p. 153-184, 2009.
- MAHAR, Denis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, p. 7-48, 1978.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2 edição.1984.
- MATUS, Carlos. Adeus Senhor Presidente. Recife: Editora Litteris, 1989.
- MEIRELLES, H. L. Direito Municipal. 14ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2006.



NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Introdução às teorias do desenvolvimento. UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ROSTOW, Walt Whitman. As etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E>.

VEIGA, Jose Eli da. A PRIMEIRA UTOPIA DO ANTROPOCENO. Ambient. soc. [online], vol.20, n.2, pp.227-246, 2017. ISSN 1414-753X.

4º SE
BRA
MUS

SEMINÁRIO
BRASILEIRO DE
MUSEOLOGIA
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940
ISBN 978-65-87555-00-3

